

Reunião é realizada pelo governo de RO para fortalecer setor da Câmara Setorial do Cacau

Delegado Camargo lidera reunião e garante avanços imediatos para famílias do Soldado da Borracha



Durante o encontro, deputado Camargo (Republicanos) afirmou que a prioridade é garantir que as famílias não sejam penalizadas enquanto o estado não apresenta uma saída definitiva para o impasse.

A situação das famílias e produtores da região Soldado da Borracha voltou ao debate na Assembleia Legislativa de Rondônia após reunião liderada pelo deputado Delegado Camargo (Republicanos), que reuniu representantes das comunidades, órgãos do governo e parlamentares para discutir medidas emergenciais destinadas a garantir segurança jurídica e evitar a paralisação das atividades de subsistência.

Entre os encaminhamentos, estão ações para destravar documentação rural, assegurar o tráfego e o escoamento da produção e impedir bloqueios administrativos que afetem diretamente a sobrevivência das famílias.

PÁGINA 05

Alero recebe autoridades internacionais para debater integração regional e desenvolvimento econômico



Encontro institucional reúne representantes da Bolívia, Chile e Peru para discutir parcerias estratégicas e rotas de integração.

PÁGINA 04

Nova lei do licenciamento ambiental acelera debate sobre a BR-319, rodovia que liga Rondônia ao Amazonas



Regras com prazos definidos podem acelerar análise ambiental da rodovia, enquanto ações no STF questionam constitucionalidade do novo marco.

PÁGINA 04

Em Ariquemes, setores 5 e BNH recebem novas estações elevatórias de esgoto



As estações elevatórias são responsáveis por transportar o esgoto coletado nas redes de áreas mais baixas até pontos mais elevados.

PÁGINA 05

STF extingue ação sobre pagamentos retroativos a magistrados de Rondônia

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino, extinguiu a ação originária que discutia a legalidade e os critérios de cálculo dos valores remuneratórios pagos a magistrados aposentados do Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO), após reconhecer o esgotamento do objeto do processo. A ação tratava de aspectos como aplicação do teto constitucional, incidência de juros, correção monetária e eventuais reflexos remuneratórios, temas que deixaram de demandar apreciação judicial após a conclusão das análises administrativas e correcionais sobre o caso.

A decisão do STF ocorreu depois de manifestação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio do corregedor nacional de Justiça, ministro Mauro Campbell Marques, que em dezembro de 2025 concluiu pela regularidade do procedimento adotado pelo TJRO no

pagamento de aproximadamente R\$ 114,3 milhões referentes ao Adicional por Tempo de Serviço (ATS) a magistrados ativos, aposentados e pensionistas. O entendimento do CNJ foi formalmente comunicado ao Supremo, contribuindo para o encerramento da controvérsia judicial.

Os valores pagos correspondem a verbas retroativas decorrentes de decisões administrativas e judiciais anteriores que reconheceram o direito ao benefício, sendo o processamento financeiro realizado conforme parâmetros estabelecidos pelos órgãos de controle. Com a confirmação da regularidade pelo CNJ e a inexistência de questões pendentes que justificassem a continuidade da ação, o relator concluiu pela perda de objeto do processo.

A extinção da ação encerra a análise



Decisão ocorreu após CNJ confirmar a regularidade do pagamento de R\$ 114,3 milhões referentes ao Adicional por Tempo de Serviço (ATS) a ativos, aposentados e pensionistas do TJRO.

judicial sobre o tema no âmbito do STF, mantendo válidos os pagamentos já efetuados e consolidando o entendimento de conformidade do procedimento adotado pelo Tribunal de Justiça de Rondônia, sem prejuízo de eventuais fiscalizações futuras pelos órgãos competentes de controle administrativo e financeiro.

Deputado Alex Redano anuncia R\$ 9 milhões em emendas para Monte Negro



Os recursos serão destinados a áreas estratégicas, fortalecendo a saúde, a educação e a infraestrutura do município.

O município de Monte Negro será contemplado com um importante pacote de investimentos no valor total de R\$ 9 milhões, anunciados pelo deputado estadual Alex Redano (Republicanos), presidente da Assembleia Legislativa de Rondônia.

Do total anunciado, R\$ 3 milhões serão aplicados na área da saúde, com o objetivo de melhorar o atendimento à população, reforçar a estrutura das unidades de saúde e ampliar a qualidade dos serviços prestados. Outros R\$ 3 milhões serão destinados à educação, contribuindo para melhorias na infraestrutura

escolar, aquisição de equipamentos e fortalecimento das ações educacionais. Já os R\$ 3 milhões restantes serão investidos na recuperação de estradas e linhas vicinais, essenciais para o escoamento da produção agrícola, o transporte escolar e o acesso das comunidades rurais aos serviços básicos.

O anúncio das emendas aconteceu durante a entrega do Centro de Especializações Inclusivas (CEI) e contou com a presença do prefeito Ivair Fernandes, vereadores, pais de alunos e servidores do município, que acompanharam o ato e destacaram a importância dos investimentos para o fortalecimento dos serviços públicos e da inclusão em Monte Negro.

Durante o evento, o deputado Alex Redano ressaltou que os investimentos refletem o compromisso do seu mandato com o desenvolvimento dos municípios e com a melhoria da qualidade de vida da população.

“Estamos garantindo um total de R\$

9 milhões em investimentos para Monte Negro, contemplando áreas essenciais como saúde, educação e infraestrutura. Esses recursos vão fortalecer os serviços públicos, apoiar quem vive na cidade e no campo e promover desenvolvimento de forma equilibrada. Nosso trabalho é ouvir as demandas locais e transformá-las em ações concretas”, afirmou o parlamentar.

Alex Redano destacou ainda que os recursos são fruto do diálogo com lideranças locais e da parceria com a administração municipal, reafirmando o compromisso de continuar trabalhando para levar mais investimentos e melhorias ao município de Monte Negro.



DIÁRIO RO
diarioro.com.br

Empresa Jornalística Voz Regional
CNPJ: 10.483.593/0001-48

Fundado em 19 de Novembro de 2008

Avenida Campos Sales, 5156 - Eletronorte
CEP: 76808-458 - Porto Velho - Rondônia

Jornalismo
(69) 3224-2485
jornalismo.diarioro@gmail.com

REDAÇÃO
Rua General Osório, 243,
Centro - Porto Velho - RO

Redação
diarioderondonia@gmail.com

Comercial
vozregionaladm@gmail.com
(69) 99396-8937

Os artigos e matérias são de responsabilidade dos seus autores e não refletem a opinião do veículo.

Delegado Camargo lidera reunião e garante avanços imediatos para famílias do Soldado da Borracha



Deputado reforça que medidas discutidas são paliativas e defende solução definitiva com cancelamento das reservas ambientais que atingem moradores e produtores.

A situação enfrentada por moradores e produtores da região conhecida como Soldado da Borracha voltou ao centro do debate na Assembleia Legislativa de Rondônia. Em reunião realizada nesta última quinta-feira, o deputado estadual Delegado Camargo (Repúblicanos) conduziu os trabalhos ao lado de representantes das famílias afetadas, órgãos do governo do estado e outros parlamentares, com foco em medidas urgentes para reduzir a insegurança e evitar a paralisação das atividades de subsistência.

Na prática, a reunião consolidou encaminhamentos para destravar direitos básicos do produtor e assegurar condições mínimas para quem vive na área, com participação direta da população na construção das decisões.

As medidas debatidas fazem parte de um Projeto de Lei Complementar, que representa a continuidade e adaptação do Decreto Legislativo redigido por Delegado Camargo. Segundo o deputado, o texto atual foi aprimorado e passou a incluir mais benefícios, ajustando pontos práticos para garantir segurança jurídica e impedir que famílias sejam sufocadas por bloqueios administrativos enquanto a solução definitiva não é votada.

Entre os principais pontos defendidos pelo deputado, estão medidas que impactam diretamente o dia a dia das famílias, evitando que a burocracia e ações administrativas inviabilizem a produção e a sobrevivência local. A pauta discutida busca garantir:

O deputado defendeu a liberação e emissão de documentos indispensáveis à atividade rural, incluindo GTA e demais registros que, quando bloqueados, impedem a comercialização, o transporte e a própria continuidade da produção.

Camargo cobrou que não haja es-

trangulamento das famílias por medidas que resultem em embargo total e efeitos automáticos que, na prática, colocam o produtor em situação de abandono institucional.

Outro eixo destacado foi a necessidade de garantir condições de circulação e acesso, especialmente em estradas vicinais, para impedir isolamento, prejuízos econômicos e dificuldade de atendimento básico nas comunidades.

Camargo defendeu que o Estado não pode tomar decisões bruscas sem criar regras claras de transição, deixando famílias à mercê de incertezas que se renovam a cada semana.

Ao mesmo tempo, o deputado ressaltou que as medidas discutidas não significam flexibilização indiscriminada: a defesa é por equilíbrio, garantindo subsistência e dignidade às famílias sem abrir espaço para irregularidades ambientais.

No debate, também foi lembrado que a Estação Ecológica Soldado da Borracha, localizada entre Porto Velho e Cujubim, foi criada em 2018 por decreto estadual. Posteriormente, o processo

passou a ser alvo de questionamentos e críticas após apurações e investigações que apontaram suspeitas de irregularidades na criação de unidades de conservação no estado, ampliando o sentimento de insegurança de quem já vivia e produzia na região.

Camargo: “É paliativo, a solução real é cancelar as reservas”

Apesar dos avanços imediatos, Camargo foi enfático ao afirmar que as medidas discutidas agora têm caráter paliativo. Na avaliação do deputado, elas são necessárias para evitar que as famílias “quebrem” e sejam expulsas pela força da burocracia. Porém, ele sustenta que a solução real e definitiva passa pelo cancelamento das reservas ambientais que, segundo sua posição, foram estabelecidas sem considerar a realidade de quem já estava no território e construiu ali sua vida e sustento.

Ao final, o deputado reafirmou que seguirá cobrando soluções com rapidez, fiscalização e presença política, mantendo a pauta do Soldado da Borracha como prioridade até que as famílias tenham uma resposta definitiva do estado.

Reunião é realizada pelo governo de RO para fortalecer setor da Câmara Setorial do Cacau

Para fortalecer a valorização da produção, melhoria da qualidade de amêndoas e ampliação de mercado de cacauicultores do estado, o governo de Rondônia realizou, na quinta-feira (5), uma reunião estratégica para alinhar políticas públicas voltadas ao fortalecimento da Câmara Setorial do Cacau. O encontro reuniu representantes Associação de Cacauicultores e Chocolateiros de Rondônia (Cacauron) e gestores da secretaria.

Durante a reunião, de iniciativa da Secretaria de Estado da Agricultura (Seagri), foram discutidas ações de apoio técnico, incentivo à produção sustentável e estratégias para garantir maior competitividade ao cacau produzido em Rondônia. O estado vem se consolidando como referência nacional na produção de cacau de qualidade.

Para o governador de Rondônia, Marcos Rocha, a cultura cacaujeira é fundamental para a economia rural e o apoio da gestão ao setor. “Rondônia tem um cacau reconhecido pela qualidade,



Durante a reunião, foram discutidas ações de apoio técnico, incentivo à produção sustentável e estratégias para garantir a produção do cacau

fruto do trabalho sério dos produtores. O governo do estado está ao lado do homem e da mulher do campo, criando políticas públicas que garantam mais renda, dignidade e oportunidades para quem vive da agricultura”, enfatizou.

O secretário de Estado da Agricultura, Luiz Paulo, ressaltou que a Seagri vem atuando para fortalecer toda a cadeia produtiva. “Estamos trabalhando para oferecer assistência técnica, fomentar boas práticas e abrir novos mercados para o cacau rondoniense. Essa reunião é mais um passo para construirmos soluções conjuntas, ouvindo quem está na ponta e precisa do apoio do governo.”

Alero recebe autoridades internacionais para debater integração regional e desenvolvimento econômico

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia (Alero) recebeu, na última quinta-feira (5), autoridades da Bolívia, do Chile e do Peru, além de representantes do governo de Rondônia, prefeitos de municípios rondonienses e empresários, em um encontro institucional voltado ao fortalecimento da integração regional.

A agenda foi articulada pela deputada estadual Gislaine Lebrinha (União Brasil) e teve como objetivo promover a aproximação entre os países, fortalecer parcerias estratégicas e debater pautas comerciais de interesse comum, com foco no desenvolvimento econômico e social das regiões envolvidas.

Durante a reunião, a deputada Gislaine Lebrinha destacou a importância da atuação conjunta em uma agenda integrada, capaz de impulsionar iniciativas nos setores comercial, turístico e cultural. Segundo a parlamentar, a proposta é avançar na construção de soluções que promovam a conexão entre o Oceano Atlântico e o Oceano Pacífico, ampliando as oportunidades de desenvolvimento para os países participantes.

O governador regional de Arica e Parinacota, no Chile, Diego Paco Manani, ressaltou o potencial da cooperação internacional para o fortalecimento dos setores produtivos. Já o governador do estado boliviano do Beni, Alejandro Unzueta, afirmou es-



Encontro institucional reúne representantes do Brasil, Bolívia, Chile e Peru para discutir parcerias estratégicas e rotas de integração; Registro oficial das autoridades durante encontro na Alero voltado ao fortalecimento da integração regional entre países da América do Sul.

tar confiante no avanço das tratativas e na consolidação de uma integração benéfica para todas as nações envolvidas.

O secretário especial de Integração do estado de Rondônia em Brasília, Augusto Leonel, destacou que a integração regional

representa um passo estratégico para a ampliação das exportações e para o fortalecimento da competitividade dos produtos regionais no mercado internacional.

As autoridades foram recebidas no gabinete da Presidência da

Casa de Leis, onde, sob a mediação da deputada Gislaine Lebrinha, foram compartilhadas informações e discutidas alternativas para a viabilização de rotas logísticas que facilitem o escoamento da produção e ampliem o acesso aos mercados internacionais.

Nova lei do licenciamento ambiental acelera debate sobre a BR-319, rodovia que liga Rondônia ao Amazonas

A entrada em vigor da Lei Geral do Licenciamento Ambiental, após a derrubada de vetos presidenciais pelo Congresso Nacional, recolocou no centro do debate nacional a pavimentação da BR-319, rodovia federal que liga Rondônia ao Amazonas e é considerada estratégica para a integração regional. A nova legislação estabeleceu regras e prazos mais definidos para o licenciamento de empreendimentos prioritários e, ao mesmo tempo, motivou o ajuizamento de Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) no Supremo Tribunal Federal (STF).

No Amazonas, parlamentares estaduais avaliam que o novo marco legal pode desativar obras de infraestrutura aguardadas há anos, entre elas a BR-319, que possui Licença Prévia concedida desde 2022 e depende da Licença de Instalação para o início das obras. A expectativa é de que o trâmite passe a ocorrer dentro de prazos máximos previamente definidos, ampliando a previsibilidade do processo.

A legislação também criou a Licença Ambiental Especial, modalidade destinada a empreen-

dimentos considerados estratégicos pelo governo federal, com prazo de até 12 meses para conclusão do licenciamento. No caso da BR-319, a entrega dos estudos técnicos complementares cabe ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), enquanto o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) terá até 90 dias para emitir parecer conclusivo após o protocolo da documentação.

Apesar das expectativas de avanço em projetos de infraestrutura, a lei passou a ser



Regras com prazos definidos podem acelerar análise ambiental da rodovia, enquanto ações no STF questionam constitucionalidade do novo marco.

contestada por partidos políticos e organizações da sociedade civil, que protocolaram três ADIs no STF questionando dispositivos da norma. As ações foram distribuídas ao ministro Ale-

xandre de Moraes, que solicitou informações ao Congresso Nacional e à Presidência da República e aguarda manifestações da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral da República.

Em Ariquemes, setores 5 e BNH recebem novas estações elevatórias de esgoto



As estações elevatórias são responsáveis por transportar o esgoto coletado nas redes de áreas mais baixas até pontos mais elevados.

O setor 5 e o bairro BNH, localizados Ariquemes, passaram a contar com duas novas Estações Elevatórias de Esgoto (EEEs), capazes de ampliar a cobertura do sistema nessas regiões, impactando de forma direta

na qualidade de vida dos moradores. A instalação aconteceu ainda em 2025.

As estações elevatórias são responsáveis por transportar o esgoto coletado nas redes de áreas mais baixas

até pontos mais elevados, garantindo que o esgoto coletado chegue à unidade de tratamento. No caso das estruturas instaladas no Setor 5 e no BNH, os efluentes são destinados à Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Jamari, inaugurada em 2024 e considerada uma das mais modernas do estado.

De acordo com Renata Pazini, gerente de Operações das Águas de Ariquemes, a entrega amplia o alcance da rede de esgotamento e reduz os riscos de adoecimento da população.

“A entrega dessas estruturas possibilita sanar um problema

histórico nessas localidades, que é o lançamento irregular de esgoto. Ao retirar o esgoto a céu aberto, de fossas sépticas, e encaminhá-lo corretamente para tratamento, evitamos a contaminação de poços, do solo e da água, o que reduz casos corriqueiros de adoecimento”, explica.

Além dos benefícios à saúde pública, a implantação das estações elevatórias também representa um avanço ambiental importante, ao proteger corpos hídricos e contribuir para a recuperação de áreas. O impacto também é urbano e social, com valorização dos bairros e melhores condições para o desenvolvimento

to da cidade.

Desde o início da concessão, em 2016, quando Ariquemes não contava com cobertura de esgoto, o município avançou e hoje conta com mais de 123 quilômetros de redes instaladas. A universalização do esgotamento sanitário está prevista para 2033, atendendo às metas do Marco Legal do Saneamento.

Com mais de R\$ 126 milhões investidos em água e esgoto desde a entrada das Águas de Ariquemes, a cidade se consolida como a que mais investiu em saneamento básico em Rondônia, segundo dados do Sinisa 2025.

Rede municipal amplia acesso à mamografia para diagnóstico do câncer de mama

No Dia Nacional da Mamografia, a Prefeitura de Porto Velho, por meio da Secretaria Municipal de Saúde (Semusa), avança na oferta de exames pela rede municipal, resultado do fortalecimento das ações de prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de mama.

Os dados mostram a retomada e ampliação do serviço neste ano, com a realização de 1.330 mamografias — o maior número registrado no período analisado. Entre 2020 e 2024, houve oscilações na oferta do exame: foram 411 exames em 2020, 1.050 em 2021, 997 em 2022, 162 em 2023 e nenhum em 2024.

A retomada aconteceu em 2025, após a entrega de um novo mamógrafo ao Centro



Com 1.330 exames realizados em 2025, Prefeitura retoma serviço e amplia atendimento às mulheres.

de Especialidades Médicas

Em 2024, a suspensão do serviço ocorreu devido à inoperância do equipamento, que precisava ser substituído para garantir a segurança e a qualidade dos exames. A retomada aconteceu em 2025, após a entrega de um novo mamógrafo ao Centro de Especialidades Médicas (CEM), permitindo atender a demanda reprimida e ampliar o acesso das

usuárias.

“Investir em equipamentos e na organização da rede significa garantir mais acesso e cuidado com a saúde das mulheres”, disse o prefeito Léo Moraes.

“Com o novo equipamento, conseguimos aumentar a capacidade de exames e oferecer a mamografia no tempo adequado para quem precisa”, disse Jaime Gazola, Secretário Municipal de Saúde.

A mamografia é indicada, prioritariamente, para mulheres entre 50 e 69 anos, com recomendação de realização a cada dois anos. Para ter acesso ao exame pelo SUS, a orientação é procurar a Unidade Básica de Saúde (UBS) mais próxima para avaliação e encaminhamento.

Servidores passam por qualificação sobre Sistema Eletrônico de Informações (SEI)



A Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social (Semias) de Porto Velho, em parceria com a Polícia Civil de Rondônia, realizará um curso básico de capacitação no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) destinado aos servidores da pasta. A iniciativa busca aprimorar o uso da plataforma e modernizar os processos administrativos. Nesta primeira etapa, 30 servidores participarão da formação, divididos em duas turmas, com atividades programadas para os dias 12 e 13 de fevereiro, das 8h às 14h, na Superintendência Municipal de Tecnologia da Informação e Pesquisa (SMTI).

O SEI é uma ferramenta digital de gestão de documentos e processos utilizada por órgãos públicos em todo o país, permitindo tramitação eletrônica, assinatura digital e acompanhamento remoto de processos. A capacitação tem como objetivo ampliar a eficiência, a transparência e a segurança na gestão administrativa, contribuindo para a padronização dos procedimentos internos e melhoria dos serviços prestados à população.

Polícia Civil realiza operação contra fraude tributária em Cacoal

A Polícia Civil de Rondônia participou, nesta quinta-feira (5), de uma operação conjunta com a Polícia Civil do Acre no município de Cacoal, no âmbito de investigação que apura um esquema de fraude tributária responsável por prejuízo superior a R\$ 2 milhões aos cofres públicos.

A ação foi coordenada pela Delegacia Especializada de Repressão a Crimes Fazendários (Defaz/AC) e resultou no cumprimento de três mandados de busca e apreensão em endereços residenciais e comerciais ligados aos investigados, além da apreensão de veículos relacionados ao esquema.

Durante as diligências, as equipes recolheram documentos

fiscais, equipamentos eletrônicos e outros materiais que serão analisados para subsidiar o avanço das investigações. No cumprimento das ordens judiciais, um dos investigados foi preso em flagrante após serem encontradas munições de uso restrito em sua residência, configurando crime autônomo.

As investigações indicam que o grupo utilizava empresa formalmente constituída em Área de Livre Comércio, registrada em nome de terceiro sem capacidade econômica compatível com o alto volume de operações fiscais realizadas, estratégia que teria sido usada para dificultar a responsabilização patrimonial em eventuais cobranças tributárias.

Conforme apurado, mercadorias declara-

das em notas fiscais teriam como destino o município de Brasília (AC), porém não chegavam a ingressar no território acreano, caracterizando operações simuladas e fraude à arrecadação estadual.

A operação contou com a atuação integrada de órgãos de controle e segurança pública. As investigações seguem em andamento e novas medidas judiciais poderão ser adotadas a partir da análise do material apreendido.

A Polícia Civil de Rondônia reforça seu compromisso com o combate aos crimes contra a ordem tributária e com a atuação técnica e integrada no enfrentamento às organizações criminosas.



ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE CABIXI - RO

AVISO DE LICITAÇÃO

Torna-se público o Pregão Eletrônico n.º 002/2026, de ampla concorrência, de menor preço por Item, Processo n.º 1-0229/2026/SEMEC, objetivando a Aquisição de 01 (um) ônibus rodoviário novo, zero quilômetro para a SEMEC, com sessão pública no dia 27/02/2026, às 09h30 (horário de Brasília-DF), na plataforma Licitanet (www.licitanet.com.br), com valor estimado de R\$ 1.076.166,67. Edital disponível no PNCP, no site www.cabixi.ro.gov.br, pelo e-mail licitacoes@cabixi.ro.gov.br ou pelo telefone (69) 3345-2553. Cabixi - RO, 06 de fevereiro de 2026.

Allison Maicon Bento Pretto
Agente de Contratação



ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO - RO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 004/PJM/2026

PROCESSO: 1-1483/SEMED/2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ALTO PARAISO- RO
CONTRATADA: Empresa VG PRIME ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 45.692.866/0001-49, estabelecida na Rua Fortaleza, 5443, Centro, Rolim de Moura-RO.

DO OBJETO: O presente contrato tem o objeto a contratação de empresa especializada no ramo de engenharia civil, para executar a CONSTRUÇÃO DE 02 (duas) salas de aula, na EMEIF Rogério da Silva Gonçalves, localizada na Rua Paulo VI, 4600, Rota do Sol, CEP: 76.862-000

DO VALOR: O valor global do presente contrato é de R\$ 194.851,88 (cento e noventa e quatro mil, oitocentos e cinquenta e um reais e oitenta e oito centavos), através de recursos próprios.

DA VIGENCIA: O presente contrato, terá o prazo de execução da obra e de vigência, num total de 90 (noventa) dias

Obs.: Contrato assinado nos autos respectivo. O Contrato em sua íntegra encontra-se no portal; <http://www.alto-paraíso.ro.gov.br/> e <http://www.diariomunicipal.com.br/arom/>, Código Identificador: 39EB36B6, data de circulação 09/02/2026.

Alto Paraíso/RO, 05 de fevereiro de 2026.

JOÃO PAVAN
PREFEITO MUNICIPAL

Morador de Ariquemes é encontrado morto em córrego de Jaru



Lorrani residia no município de Ariquemes e tinha histórico criminal.

O homem encontrado em avançado estado de decomposição na tarde desta quinta-feira (05), em um córrego situado na Rua João

Batista, esquina com a Rua Pará, em Jaru, foi identificado como Lorrani. Segundo dados oficiais apurados, Lorrani residia no mu-

nicipio de Ariquemes e tinha histórico criminal, com registros de passagens pela polícia, incluindo ocorrências por tentativa de homicídio e furto.

O corpo de um homem foi encontrado na tarde desta quinta-feira (05), dentro de um córrego localizado à rua João Batista, no Setor 04 de Jaru.

Segundo informações, o corpo foi localizado por moradores da região, após ter sido arrastado pela enxurrada durante uma forte chuva ocorrida na tarde desta quinta-feira, que informaram a Polícia Militar.

PM prende quatro suspeitos por extorção, sequestro e porte ilegal de arma

Uma operação da Polícia Militar resultou na prisão de quatro homens suspeitos de envolvimento em crimes como extorsão, porte ilegal de arma de fogo, ameaça, sequestro, cárcere privado e violação de domicílio na manhã desta quinta-feira, 5, na Linha do Batista, zona rural do município de Candeias do Jamari (RO).

De acordo com informações policiais, a ocorrência teve início após denúncia anônima relatando que uma camionete cinza com quatro indivíduos armados teria invadido uma fazenda para cobrar uma suposta dívida mediante grave ameaça. Duas viaturas do Comando de Policiamento de Área (CPA) do 5º e do 9º BPM, foram ao local.

Abordagem

Os policiais visualizaram uma camionete com as características repassadas e realizaram a abordagem. Dois homens que estavam no veículo foram identificados como M. Q. S., e E. F. S., Após revista pessoal e consulta nominal, nada de ilícito foi encontrado inicialmente com eles.

Durante a continuidade da ação, os militares entraram na propriedade rural para averiguação, onde localizaram mais dois suspeitos. Um deles tentou fugir ao perceber a presença policial, enquanto o outro estava com uma pistola em mãos. Segundo a PM, após desobedecer a ordem de parada, foram efetuados três disparos de advertência ao solo,

momento em que o homem largou a arma. Ele foi identificado com as iniciais de L.P. G.,. O quarto suspeito, W. R.S., também foi localizado e detido.

Conforme relato das vítimas, o proprietário da fazenda, afirmou que foi surpreendido pelos suspeitos e ameaçado para pagar uma dívida “por bem ou por mal”. Um menor de idade, sobrinho da vítima, relatou que os mesmos indivíduos já haviam ido ao local dias antes e também fizeram ameaças. A polícia informou ainda que, mesmo após ser preso, um dos suspeitos continuou profereindo ameaças contra o fazendeiro.

Durante a ocorrência foram apreendidos uma camionete Toyota Hilux cinza, cerca de R\$ 6.195 em espécie, folhas de cheques, uma pistola Taurus calibre .380 com registro de



A ocorrência teve início após denúncia anônima relatando que uma camionete cinza com quatro indivíduos armados teria invadido uma fazenda.

furto em 2023, munições, carregador e um coldre de couro.

Os quatro suspeitos receberam voz de prisão, tiveram seus direitos constitucionais informados e foram encaminhados à Central de Flagrantes. Segundo a PM, o uso de algemas foi necessário devido ao risco de fuga e à periculosidade dos envolvidos. Advogados dos conduzidos acompanharam os procedimentos policiais. O caso segue sob investigação das autoridades competentes.



ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO - RO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 48/SEMOSP/2026

O Prefeito do Município de Alto Paraíso/RO, no uso de suas atribuições legais, torna público que ADJUDICA e HOMOLOGA em favor da empresa JC IMPORTADORALTA, inscrita no CNPJ sob o nº 42.839.619/0001-34, a “Aquisição de material de consumo sendo BUEIROS TUBULARES METÁLICOS através da Transferência Especial Plano de Ação Nº 09032025- 079165 para atender a secretaria de Obras e Serviços Públicos do Município de Alto Paraíso - RO”, por meio de adesão à Ata de Registro de Preços nº 159/2025, vinculada ao Processo Administrativo nº 734/2025, oriunda do Pregão Eletrônico nº 036/2025, promovido pela Autarquia da Prefeitura Municipal de Teixeiraópolis/RO, no valor de R\$ R\$ 598.800,00 (quinhentos e noventa e oito mil, e oitocentos reais).

Alto Paraíso-RO, 06 de fevereiro de 2026.

AUTORIZADO NA FORMA DA LEI:

JOÃO PAVAN
PREFEITO MUNICIPAL
Documento assinado eletronicamente



ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO - RO

EXTRATO DO 9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO
004 /PJM/2019.

PROCESSO: 1-606/SEMED/2018

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ALTO PARAISO- RO
CONTRATADA: JES TRANSPORTES LTDA, pessoa jurídica de direito privado com inscrição no CNPJ sob nº18.268.594/0001-81, situada na Rua Travessa da Lagoa nº 2804 - Sala Comercial, Bairro Sol Poente no município de Alto Paraíso/RO.

DO OBJETO: prestação de serviços de transporte escolar, de responsabilidade do Município e Governo do Estado de Rondônia através do programa Estadual de transporte escolar compartilhado IR E VIR.

DO VALOR: O valor total do objeto deste contrato é de R\$1.451.203,60 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e um mil, duzentos e três reais e sessenta centavos) conforme notas de empenhos.

DA RATIFICAÇÃO: Ficam integralmente ratificadas todas as demais cláusulas do contrato original que expressa ou implicitamente, não conflitam com as disposições deste termo.

Obs.: Contrato assinado nos autos respectivo. O Contrato em sua íntegra encontra-se no portal; <http://www.alto-paraíso.ro.gov.br/> e <http://www.diariomunicipal.com.br/arom/>, Código Identificador: E5D995EE, data de circulação 09/02/2026.

Alto Paraíso/RO, 04 de fevereiro de 2026.

JOÃO PAVAN
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO - RO

EXTRATO 10º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 001
/PJM/2019.

PROCESSO: 1-606/SEMED/2018

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ALTO PARAISO- RO
CONTRATADA: JES TRANSPORTES LTDA, pessoa jurídica de direito privado com inscrição no CNPJ sob nº18.268.594/0001-81, situada na Rua Travessa da Lagoa nº 2804 - Sala Comercial, Bairro Sol Poente no município de Alto Paraíso/RO.

DO OBJETO: tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar, de responsabilidade do Município.

DO VALOR: O valor total do objeto deste termo aditivo é de R\$791.806,00 (setecentos e noventa e um mil, oitocentos e seis reais), conforme nota de empenho e planilha de serviço DA VIGENCIA: O período para execução dos serviços previstos no presente termo aditivo, atenderá o calendário escolar do ano de 2026 por um período de aproximadamente 100 (cem) dias letivos de acordo com calendário escolar.

Obs.: Contrato assinado nos autos respectivo. O Contrato em sua íntegra encontra-se no portal; <http://www.alto-paraíso.ro.gov.br/> e <http://www.diariomunicipal.com.br/arom/>, Código Identificador: 0A584556, data de circulação 09/02/2026.

Alto Paraíso/RO, 04 de fevereiro de 2026.

JOÃO PAVAN
PREFEITO MUNICIPAL

Irmãos de Governador Jorge Teixeira vão para a base do São Paulo Futebol Clube



Em partida movimentada no Aluízio Ferreira, equipe vence por 3 a 1, enquanto o time da capital se distancia da classificação.

Dois irmãos moradores da zona rural do município de Governador Jorge Teixeira

foram convidados para compor as categorias de base do São Paulo Futebol Clube.

O mais velho, Fred Freitas Mendes, de 17 anos, já assinou contrato para integrar o

time Sub-20 do São Paulo Futebol Clube para a disputa da temporada em 2026.

e assinou um contrato de 3 anos para atuar como meia no Sub-20 do São Paulo.

Os irmãos são filhos do casal Rosilda Mendes da Cruz Freitas e Gelcione Alves de Freitas, moradores de uma propriedade rural localizada na altura do Km 53 da Linha 621, no município de Governador Jorge Teixeira.

Fred, que já jogou na categoria Sub-17 do Saint German de Ji-Paraná/RO, chamou a atenção da Diretoria do Tricolor Paulista após se destacar jogando a Copa São Paulo de Juniores, realizada no último mês de janeiro, jogando pelo time do Galvez Esporte Clube do Acre

Já o mais novo, Davi Luiz Freitas Mendes, de 10 anos, que é coroinha na Paróquia Santa Rita de Cássia, onde atua na Comunidade São Vicente, foi convidado pela Diretoria do São Paulo para treinar na formação do clube paulista na Posição de zagueiro.

Davi Luiz treina na Escolinha Sant German, em Ji-Paraná e, como devido a pouca idade não pode ficar no alojamento do clube, os pais devem se mudar para São Paulo para que o filho possa treinar na formação e realizar o sonho de ser jogador de futebol.

III Corrida Rural do IFRO Campus Cacoal abre inscrições para edição 2026



Programa incentiva regularização ambiental, fortalece a preservação e amplia a recuperação de créditos públicos.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), Campus Cacoal, abriu inscrições para a III Corrida Rural, que será reali-

zada em 17 de maio de 2026, com largada às 6h10, no próprio campus. O evento é aberto à comunidade e busca incentivar a prática esportiva e a integração

entre a instituição e a sociedade.

A programação inclui corridas de 5 km e 10 km, caminhada de 3 km, provas infantis e modalidades destinadas a pessoas com deficiência (PcD), além de categorias específicas para servidores do IFRO.

Jovens de 16 e 17 anos poderão participar da prova de 5 km, conforme regulamento, e todos os participantes que concluírem o percurso receberão medalha de participação, com troféus para os primeiros colocados nas corridas principais.

A organização disponibilizará estrutura com equipe de apoio, atendimento de emergência, ambulância e cronometragem eletrônica por chip. As inscrições podem ser feitas pela plataforma oficial de cronometragem até o preenchimento total das vagas, e o trajeto oficial será divulgado previamente nos canais institucionais do campus.

A medida também contribui para ampliar a regularização ambiental, incentivando proprietários e responsáveis por infrações a quitarem seus débitos e adequa-

rem suas atividades às normas vigentes. Com condições facilitadas de pagamento e redução de encargos, o programa busca equilibrar a recuperação de créditos públicos com a promoção da sustentabilidade.

Além do impacto financeiro positivo para o Estado, a iniciativa fortalece a política de preservação ambiental ao estimular a conscientização e o cumprimento da legislação, promovendo maior responsabilidade socioambiental e incentivando práticas que reduzam novos passivos ambientais.